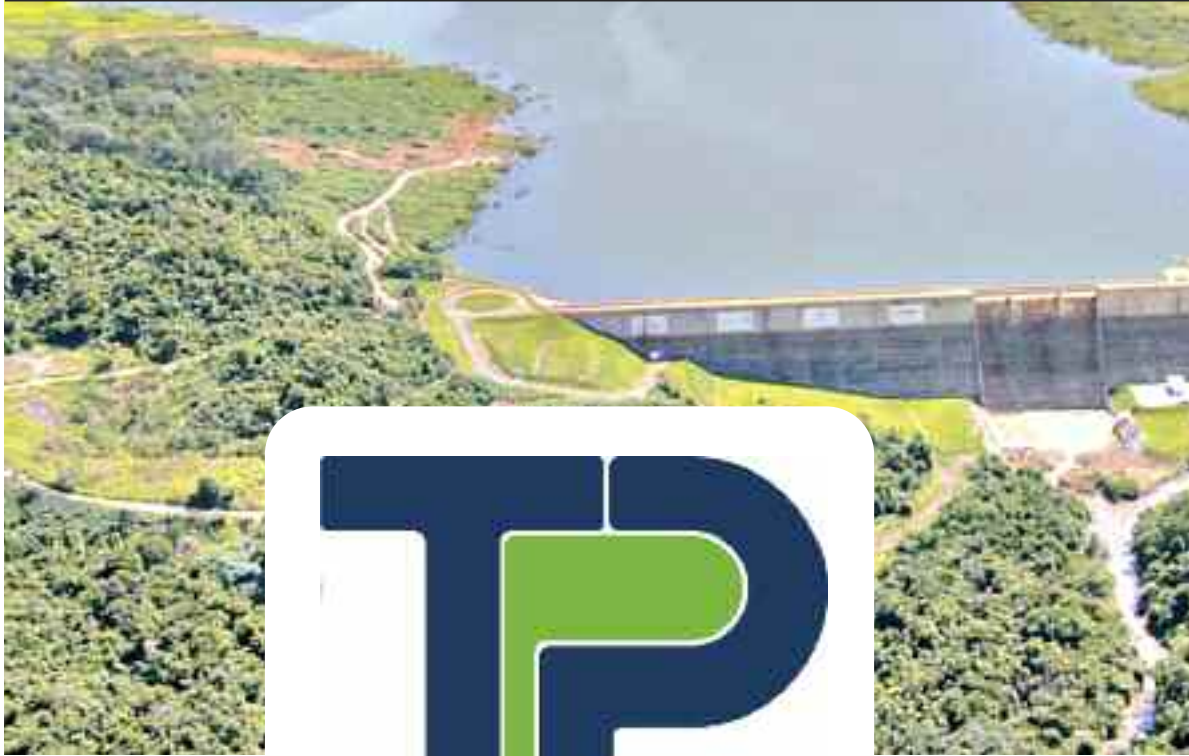




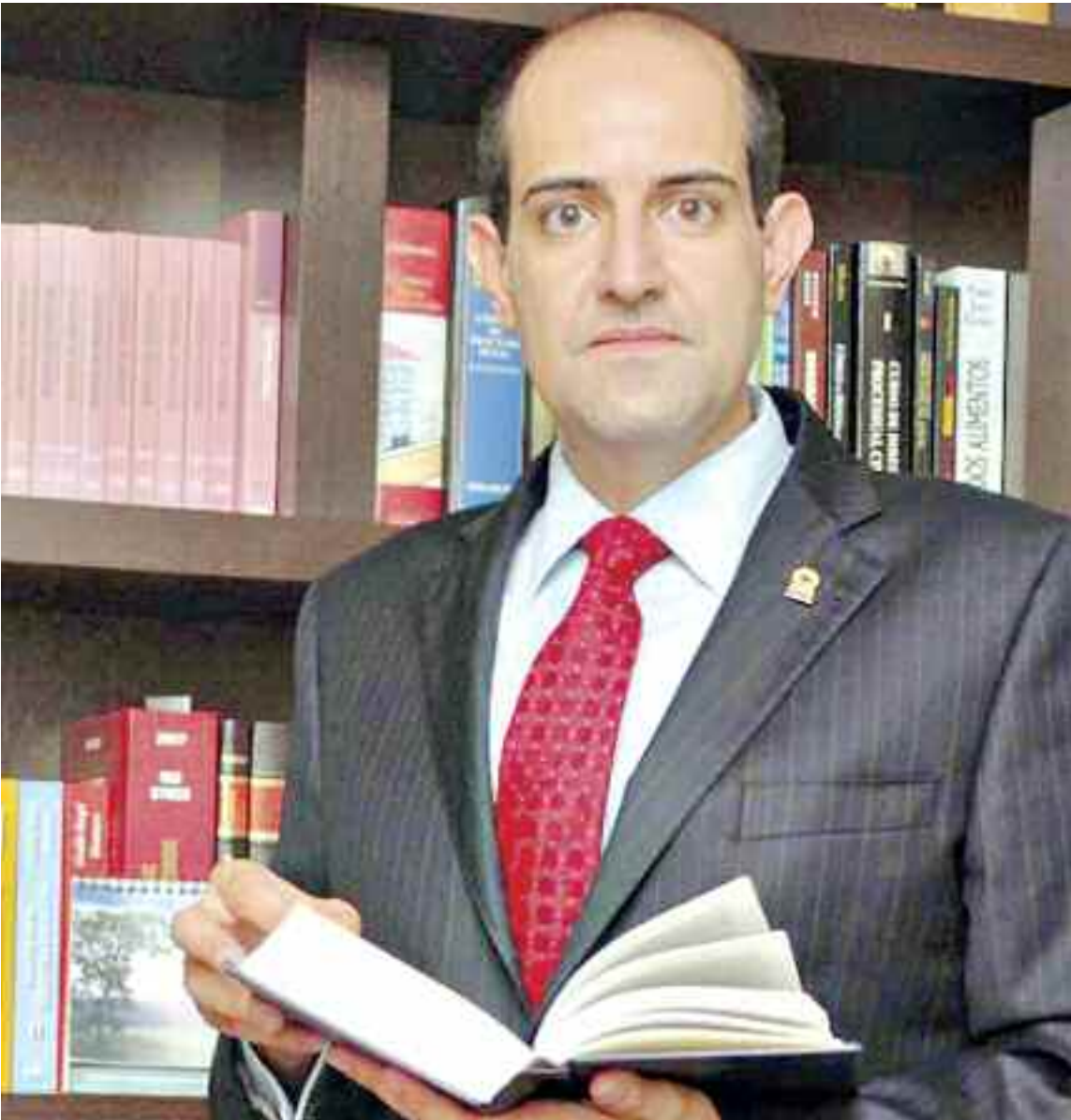
ANO 34 - Nº 1.724 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 24 A 30 DE ABRIL DE 2022
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ENTREVISTA

LUCIANO MTANIOS HANNA

“Pessoas que já foram eleitas várias vezes pela urna eletrônica são as que a colocam em xeque”

Fotos: Divulgação



Segundo o ex-magistrado, a Justiça Eleitoral está bem preparada para enfrentar qualquer tipo de ataque, de ameaças e discurso vazio sobre as urnas eletrônicas e sobre o processo eleitoral.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Governo desiste de tornar caixa d'água da região metropolitana um parque de diversão

Reação da população e de ambientalistas faz o governo do estado voltar atrás no projeto de liberar o entorno do reservatório da Barragem João Leite e do Parque Altamiro de Moura Pacheco para práticas de lazer.

Páginas 9 e 10

RENOVAÇÃO X VELHA POLÍTICA

O que era jovem, novo, hoje é antigo

Doze deputados goianos eleitos em 2018 na onda da renovação perderam esse discurso e terão de atuar nas campanhas de modo semelhante aos que derrotaram no pleito passado.

Página 7

ESCOLA



Governo de Goiás entrega material do AlfaMais a municípios

Secretários de Educação de 245 cidades receberam materiais de apoio à alfabetização que vão atender 28 mil professores das redes públicas de ensino.

Página 11

MECANIZA CAMPO

Governo destina R\$172 mi por meio do programa

Em três anos, 241 prefeituras foram beneficiadas com a doação de 741 máquinas e implementos agrícolas.

Página 6

ELEIÇÕES 2022

TSE deve admitir candidatura isolada ao Senado

Tribunal analisa nos próximos dias o parecer técnico de sua assessoria a consulta formulada pelo deputado federal Delegado Waldir (UB).

COLUNA POLÍTICA

Homem-lupa contra as falcatruas com o dinheiro público

Deputado federal goiano Elias Vaz (PSB) ganha os holofotes nacionais com denúncias de gastos extravagantes e com indícios de corrupção.

EDITORIAL

O importante papel do TSE

As eleições gerais deste ano devem ser decisivas para o país sob muitos aspectos, principalmente em relação à legitimidade do processo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vem sofrendo constantes ataques do presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores quanto à credibilidade das urnas eletrônicas, apesar de terem sido eleitos por meio delas.

O tribunal tem se esforçado para restaurar a confiança no mecanismo ao mesmo tempo que se prepara para eventuais questionamentos sobre o resultado do pleito. Para isso, tem inclusive convidado mais observadores internacionais para acompanhar o processo.

Mas antes mesmo do momento da votação, a Justiça Eleitoral terá muito trabalho para controlar a propagação de informações falsas por meio das redes sociais e aplicativos de mensagens, como Whatsapp e Telegram. Na última eleição, ficou comprovado que houve disparos em massa de fake news por meio desses meios de comunicação e até hoje ninguém foi responsabilizado por isso.

Caberá ao TSE não apenas resguardar a legalidade das campanhas eleitorais, mas garantir que o resultado do pleito seja respeitado.

O Brasil se prepara para momentos de convulsão social até o fim do ano em razão das constantes declarações do presidente Jair Bolsonaro que colocam em xeque o processo eleitoral.

Mas não há dúvidas também de que essas eleições serão um marco político para o país e terão um sentido plebiscitário. Mas será principalmente um desafio para o TSE, que terá um papel fundamental para a continuidade da democracia no país.

ARTIGO

Por que é tão difícil abandonar o sedentarismo?

Apesar de surgirem novas modalidades de atividades físicas com muita frequência, a desistência com o passar do tempo é muito comum. A cada dois brasileiros, pelo menos um não se exercita o suficiente. Segundo estudo global da Organização Mundial da Saúde (OMS), embora a dificuldade em incorporar uma rotina de exercícios físicos não se limita ao Brasil, a média da insuficiência no mundo está longe dos péssimos índices brasileiros (47%), atingindo pouco mais de 1/4 da população (27,5%).

Então, por que é tão difícil abandonar o sedentarismo? Uma vida desregrada para trás não é tarefa simples, e nem sempre está relacionada apenas à falta de tempo ou preguiça. A atividade física é cansativa e estressante para o nosso organismo. Em uma rotina de trabalho, estudos, filhos, trânsito, casa e pandemia, tudo se torna mais estressante e tendemos a não priorizar o exercício físico. Porém, o estresse adquirido por ele é benéfico e importante para manter um organismo saudável, estimulando hormônios corretos.

Estabelecer uma rotina diária de atividades é o segredo para uma melhor qualidade de vida. A primeira coisa é pensar no exercício como um hábito, que é difícil de ser adquirido. Por isso, é fundamental estabelecer um objetivo que te motive, seja emagrecer, fortalecimento, melhorar quali-

dade de vida, entre outros. Tive uma aluna, como personaltrainer, que o objetivo dela era fortalecimento para conseguir ficar mais tempo segurando o neto no colo. Isso acabou motivando-a para estar na academia.

O segundo passo para incorporar uma atividade física na rotina é entender as limitações do organismo. Estamos condicionados a acreditar que atividade X ou Y é superior a outra, e isso é errado. Toda atividade física, quando bem realizada, é benéfica para o ser humano. O importante é identificar o seu objetivo e alinhar com um exercício que dê prazer.

Além disso, temos a ilusão de que a musculação ou o crossfit desenvolve mais do que um treino funcional, e isso não é verdade. O mais importante é realizar algum tipo de exercício físico, seja dentro ou fora de uma academia. Como: natação, futebol, dança e outros, sem se esquecer da orientação de um profissional adequado.

O terceiro passo, é trazer de fato essa atividade para a rotina. É difícil organizar nossa agenda para ir à academia ou fazer algum exercício, e na prática não funciona. Por isso, muitas pessoas fazem a matrícula e desistem depois do terceiro mês. O certo é encaixar a atividade dentro do nosso cotidiano, sem precisar remanejar grandes obrigações.

As metas são importantíssimas

para incorporar a essa rotina. É importante não começar em um ritmo acelerado. Organize atividades mais acessíveis e possíveis de acordo com a sua realidade. Faça uma caminhada de 15 minutos, leve seu cachorro no parque ou algo do tipo. O organismo demora cerca de três meses para se acostumar de fato com aquele exercício, então se alinhe de acordo com esse prazo e resista pelo seu objetivo.

A grande dica é seguir todos esses passos sem esquecer do fundamental para o organismo. Não adianta incorporar práticas de atividade física na rotina, sair do sedentarismo, realizar o exercício corretamente e esquecer da alimentação balanceada e da hidratação. Faça um plano alimentar, também seguindo seus objetivos e realidade, com um profissional e não se esqueça, beba água!



Lídia Acyole, coordenadora do curso de educação física da Estácio.

ARTIGO

O direito da retirada de sócios nas sociedades limitadas

A retirada imotivada de sócio por prazo indeterminado de sociedade limitada pode ocorrer para além dos casos previstos em lei ou no contrato social, estando condicionada tão somente à notificação dos demais sócios com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Assim dispõe o artigo 1.029, do Código Civil de 2002.

Não obstante a referida previsão legal, o Superior Tribunal de Justiça entendeu pela configuração desse instrumento como direito potestativo do sócio, haja vista os princípios da autonomia da vontade e da liberdade de associação, vide REspnº 1403947/MG, de relatoria do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva.

Em que pese a possibilidade de retirada imotivada por prazo indeterminado já ser prevista no Código Civil, na prática, seu reconhecimento, pelo STJ, como direito potestativo, impossibilita qualquer contestação acerca da conduta do sócio retirante. Desse modo, se tornou ainda mais difícil discutir as peculiaridades de cada caso e os prejuízos acarretados à sociedade, que podem envolver, inclusive, sua extinção.

Tendo em vista a contratualidade das sociedades limitadas, é perfeitamente possível que diversas

empresas tenham um único sócio detendo a grande maioria das quotas sociais. Nesses casos, sua retirada representaria verdadeira ameaça à existência da limitada, uma vez serem necessárias a apuração de haveres e a devida liquidação dos valores de suas quotas.

Com isso, o que se verifica do entendimento do STJ é uma verdadeira contradição, para dizer o mínimo, com o princípio da preservação ou regra de continuidade da empresa, marcante na construção legislativa e jurisprudencial sobre o tema. Exemplo da influência desse princípio dentro do regramento das limitadas é a previsão do artigo 1.085, do CC, acerca da possibilidade de exclusão de sócio que põe em risco a continuidade da empresa.

No mesmo sentido, o STJ já firmou o entendimento (REsp nº 61.278/SP) de que, ainda que seja requerida a dissolução total pela maioria social, a vontade de um único sócio em dar continuidade às atividades empresariais deve ser prestigiada, havendo, portanto, apenas a dissolução parcial, a fim de se ter respeitado o princípio da preservação da empresa.

Por conseguinte, o que se tem é uma regra fundamental, a ser apli-

cada como verdadeiro guia norteador dos regramentos e entendimentos acerca do tema das limitadas.

Não obstante essa primeira contradição aparente, é preciso entender a complexidade da discussão que permeia o reconhecimento do direito potestativo à retirada imotivada de sócio por prazo indeterminado. Trata-se, no cerne, de uma discussão entre liberdade individual e interesse social.

Nesse viés, tem-se, de um lado, a autonomia da vontade e a liberdade de associação, e, do outro, o interesse da sociedade resultante da função social da empresa, prevista constitucionalmente. Diante disso, é fato - que não se pretende negar - que a liberdade do sócio precisa ser devidamente respeitada, não devendo esse ser obrigado a se manter em sociedade contra a própria vontade.

Entretanto, há que se considerar o outro lado da controvérsia gerada. Isso, pois é, outrossim, fato inegável que a empresa, enquanto dotada de personalidade jurídica, possui princípios norteadores e responsabilidades a serem observados em seu exercício. Dentre eles, destaca-se a função social, versada no artigo 5º, XXIII, da Constituição Federal, o qual resulta da visão de empresa

enquanto ente inserido em um contexto social, capaz de gerar empregos, renda e tributos, além de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico de um determinado local e povo e de atender às necessidades humanas mais básicas.

Além disso, cumpre destacar, a sociedade é constituída não apenas pela vontade dos sócios manifestada contratualmente. Enquanto uma instituição complexa, a sociedade é composta também pela ponderação da vontade de diversas partes, como funcionários, consumidores, parceiros, fornecedores, mercado em geral e até mesmo concorrentes. Assim, o interesse social vai muito além da vontade do sócio, que lhe conduz à retirada injustificada da empresa. O interesse social é formado por um complexo de relações, que se direcionam para, repisa-se, a preservação da empresa.

Ante a complexidade da contradição formada, o que se pretende, vale reiterar, não é impedir a retirada do sócio que assim desejar. O indivíduo deve poder livremente se desvincular da sociedade da qual anteriormente se associou. Todavia, a fim de serem cumpridos os princípios da preservação da empresa, da sua função social, além da proteção

não somente do ente jurídico e de seu corpo de sócios, mas também de todos os seus envolvidos, é preciso haver possibilidade de negociação dos termos de retirada.

Para tanto, valendo-se da contratualidade das limitadas, o que se sugere é a possibilidade de acordo prévio, no bojo do contrato social, sobre os termos e condições de retirada do sócio, sobretudo, no que tange à liquidação de seus haveres e aos prazos referentes a seu devido pagamento. Dessa maneira, é possível se valer de uma das características mais relevantes e atraentes das limitadas para ponderar a controvérsia entre a liberdade individual do sócio e o interesse social ao qual se vincula a empresa.



*Luísa Diniz é graduanda em Direito pela UnB e estagiária.



THIAGO QUEIROZ thiagonqueiroz@gmail.com

Vazou

O governo estadual desistiu do projeto de liberar o reservatório do João Leite para uso recreativo. Após polêmica e consulta à população, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) comunicou que as águas do lago serão exclusivamente para o abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia, como já ocorre.

Feriado

Dos governadoriáveis, Caiado e Gustavo Mendanha (Patriota) passaram parte do feriado em Iporá; Vitor Hugo (PL), na Chapada dos Veadeiros; e Marconi Perillo (PSDB) foi a São Paulo, onde assistiu à missa de um ano pelo falecimento do ex-prefeito Bruno Covas.

Meu garoto

Quem também circulou por Iporá foi o ex-senador Mauro Miranda (MDB), acompanhado do neto Felipe Cecílio (MDB), pré-candidato a deputado federal. Eles participaram de uma edição da Queima do Alho. Um dos confidentes de Iris Rezende, Mauro lembrou que foi ele quem levou a pavimentação asfáltica da cidade até Piranhas. Pediu apoio para o neto.

My love

Prefeita de Pires do Rio, Cida Tomazini (UB) deve mesmo lançar o marido e empresário Chico Tomazini (UB) a deputado federal. Os votos do casal estavam nas contas de José Nelto (PP), que tentará reeleição à Câmara dos Deputados.

Janelinha

Recém-chegado ao PSB, o ex-governador e ex-presidente do PSDB José Eliton ganhou espaço no programa partidário, onde falou dos altos preços do quilo de carne, do botijão de gás e do litro de gasolina.

Sonho meu

Eliton garantiu que, junto com Lula e Alckmin, o partido vai “acabar com a inflação e garantir que os mais humildes possam ter comida na mesa, oportunidade de formar seus filhos e direito a uma vida melhor.”

Homem-lupa

Também do PSB, o presidente regional e deputado federal Elias Vaz tem se dedicado a esmiuçar os gastos dos órgãos públicos no governo de Jair Bolsonaro (PL) e denunciar indícios de corrupção. Seu trabalho tem dado trabalho para o Congresso e o Tribunal de Contas da União (TCU). Já os denunciados parecem não estar nem aí, pois os absurdos continuam sendo feitos.

Caiado lança em Iporá o Passaporte Equestre, no 14º Encontro Nacional de Muladeiros

O Ao participar do 14º Encontro Nacional de Muladeiros e do tradicional desfile pelas ruas de Iporá, o governador Ronaldo Caiado (UB) lançou o Passaporte Equestre, um documento que dispensa a emissão de nota fiscal no trânsito de equinos, asininos e muares. A iniciativa garantirá agilidade, menos burocracia e maior economia para os equideocultores. Com o passaporte, os animais são identificados por chip e cadastrados por meio de QR Code, o que permite o livre transporte para participar de cavalgadas, desfiles, treinamentos, concursos, provas e qualquer outra atividade ou evento de natureza cultural, desportiva ou de lazer. Todas esses eventos são realizados com muita frequência pela maioria dos municípios goianos. A novidade também estende de 60 para 180 dias o prazo de validade de exames. “Minha mula Estrela já está chipada e, com isso, pode transitar sem a necessidade de repetir exames”, disse Caiado, antes do desfile. Considerado um dos maiores eventos do gênero no mundo, o encontro foi iniciado na terça-feira 19 e se encerrou no domingo 24, tempo em que reuniu as principais lideranças políticas do estado e do Oeste goiano.



Fotos: Divulgação



AGRO > Goiás sedia nesta semana, em Rio Verde, o 8º Encontro Técnico de Agricultura Sustentável, com o tema “Bioinsumos: a nova realidade do campo”. O evento é fruto de uma parceria entre o Grupo Associado de Agricultura Sustentável (GAAS), o Grupo Associado de Pesquisa do Sudoeste Goiano (Gapes) e o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) — Campus Rio Verde (GO), com o apoio do Governo de Goiás, do Sistema Faeg/Senar e da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Goiás (Aprosoja-GO).

1 Imas

Welmes Marques da Silva foi o escolhido pelo prefeito Rogério Cruz (Republicanos) para a presidência do Instituto Municipal de Assistência à Saúde (Imas) de Goiânia.

2 Do meio

Advogado, ele foi presidente do Conselho de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Municipais de Goiânia (Conas), colegiado responsável pela fiscalização do Imas.

3 Saúde!

Foi Welmes quem liderou plano de ação para promover melhorias do atendimento aos mais de 80 mil usuários. Ele foi também chefe de gabinete da autarquia.

Prefeitada

A XXIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios será nos dias 25 a 28 de abril, em Brasília. Realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), é considerada o maior evento municipalista da América Latina e tem como principal objetivo apresentar a pauta prioritária dos gestores aos Poderes Legislativo e Executivo, bem como aos órgãos de controle.

Só o ouro

Goiânia foi escolhida para sediar a Feira da Indústria da Mineração e o 7º Encontro Nacional da Média e Pequena Mineração, que serão realizados de 24 a 26 de maio, no Centro de Cultura e Convenções. O objetivo é discutir e realçar o papel das pequenas e médias empresas mineradoras do país, que são maioria entre as mais de 9 mil existentes.

Águas quentes

O prefeito Kleber Marra (Republicanos) criou força-tarefa para enfrentar o aumento abrupto de casos de dengue no município. A prefeitura já havia decretado estado de emergência em saúde pública e fará a contratação, em caráter emergencial, de novos agentes de endemias e de maquinário para a limpeza e roçagem em toda a cidade.

Plantão

Outra medida da prefeitura de Caldas Novas foram mudanças no atendimento à saúde. Além do remanejamento de profissionais das Unidades Básicas para os hospitais, será feita a contratação de mais médicos. Uma das unidades hospitalares passa a atender casos de suspeita de dengue das 7h à meia-noite, a partir do dia 2 de maio. E outra ficará aberta 24 horas para atendimento de crianças e de gestantes.

Mão nas rodas

Deputado estadual, Talles Barreto (UB) apresentou projeto de lei para isentar motos da cobrança de pedágios em rodovias sob concessão do estado de Goiás. Argumenta que quer “garantir melhores condições para esses motoristas que dependem de motocicletas para se deslocar e precisam diuturnamente pagar pedágio quando transitam de uma cidade a outra.”

ENTREVISTA

“Teremos as eleições dos tomates”

Após oito anos de atuação junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o ex-juiz Luciano Mtanios Hanna conhece em profundidade o sistema eleitoral brasileiro. Ele vê com preocupação o cenário de extremos que o país vive, onde as divergências de pensamento não são aceitas e provocam críticas e retaliações. Mas por outro lado, acredita que a Justiça Eleitoral vai conseguir coibir os abusos e as irregularidades virtuais e físicas e que deve sair fortalecida do processo, que terá diversos desafios.

TRIBUNA DO PLANALTO

O presidente do TSE, ministro Edson Fachin, declarou que a Justiça Eleitoral está sob ataque. O senhor concorda com o ministro em relação às ameaças ao sistema eleitoral?

LUCIANO MTANIOS

Eu não vislumbro ameaças sobre o sistema eleitoral; vejo que, desde 2018, a Justiça Eleitoral vem sendo alvo de ataques, mas são ataques infundados, sem nenhuma prova. Eu não vislumbro, em nenhuma hipótese, a fragilidade do processo eleitoral. Até porque as pessoas que submetem a Justiça Eleitoral a ataques são as que estão e já foram eleitas várias vezes pela mesma urna eletrônica que colocam em xeque. Não vislumbro nenhuma possibilidade de colocar em risco o sistema eleitoral.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, é autor de alguns desses ataques. No mais recente, ele afirmou que os votos serão contados. Esse discurso não deve surtir efeito? O TSE vai garantir o resultado das eleições?

Eu vejo não só o presidente, mas vários políticos que às vezes colocam em xeque a credibilidade da Justiça Eleitoral, mas são acusações vazias e eu não vislumbro nenhuma possibilidade de fragilidade do sistema.

A que o senhor atribui essa campanha contra a confiabilidade das urnas eletrônicas?

Eu vejo isso mais como

uma polêmica política. Um discurso para tentar desviar o foco de algo que possa não estar sendo feito por questões políticas. Mas quanto à Justiça Eleitoral, a credibilidade é 100%, e eu não vejo nenhuma fragilidade do processo democrático e de falha da Justiça Eleitoral quanto a essas eleições. Eu vejo que esses ataques não são produtivos, em sua maioria são ataques vazios de pessoas que desconhecem o processo eleitoral e não querem conhecer; são pessoas que não procuram a Justiça Eleitoral. Em 2018, assim que a Justiça Eleitoral foi provocada, seus regionais convocaram várias audiências públicas para enfrentar o assunto, trouxeram um técnico da Justiça Eleitoral para dizer como funciona as urnas e a resposta foi dada de imediato. Sendo assim, vejo que a Justiça Eleitoral, todas as regionais e o TSE, estão bem preparados para enfrentar qualquer tipo de ataque, de ameaças ou qualquer discurso vazio sobre as urnas eletrônicas e sobre o processo eleitoral. Os servidores da Justiça Eleitoral são muito preparados, os juizes eleitorais são muito preparados e os promotores eleitorais da mesma forma. São pessoas altamente qualificadas para enfrentar esse discurso de que as urnas eleitorais não são confiáveis ou o processo eleitoral não é confiável. É o processo eleitoral que elegeu a maioria dos seus críticos.

Nas eleições de 2018 ficou comprovado o disparo em massa de informações falsas por meio de aplicativos de mensagens.



Luciano Mtanios Hanna

Advogado eleitoral e ex-juiz do TRE

“As pessoas que submetem a Justiça Eleitoral a ataques são as pessoas que estão e já foram eleitas várias vezes pela mesma urna eletrônica que colocam em xeque.”

Nessa eleição, considerando a experiência de 2018, a

Justiça Eleitoral vai conseguir fiscalizar as campanhas feitas por meio de aplicativos de mensagem?

Primeiro, em 2018, não tínhamos a redação nova dada ao Código Eleitoral, que é a Lei 3.834, que tipifica o crime de denúncia caluniosa com a finalidade eleitoral, que é a divulgação em massa das fake news. Eu vejo que as eleições de 2018 trouxeram maturidade à Justiça Eleitoral e ao próprio Congresso, que redigiu essa lei e ela foi sancionada pelo próprio presidente da República. Com isso, a Justiça Eleitoral amadureceu para poder chamar as redes sociais a fazerem um pacto para tentar minimizar e até acabar com essas

divulgações em massa. Só faltava o Telegram, que já aderiu ao pacto junto à Justiça Eleitoral, e podemos estar abolindo essas divulgações em massa. Elas não vão acontecer. Lembrando que essas divulgações em massa só acontecem quando tem quem propague; essas informações falsas são propagadas por alguém e existem as pessoas que as alimentam. Hoje, as redes sociais estão bem restritas, existem mecanismos para denunciar e as providências são tomadas quase que imediatamente. Em 2022, teremos eleições mais tranquilas que as de 2018 porque temos mais mecanismos para abolir essa propagação.

O Telegram tem se mostrado até agora uma terra sem lei. O senhor acredita que o STF vai conseguir impor regras ao aplicativo?

Eu acho que sim. Já foi dado o recado: ou eles vão aderir à legislação brasileira e tentar contribuir com o Tribunal Superior Eleitoral para reprimir essas divulgações em massa ou vão ser excluídos do mecanismo no Brasil pelo menos no período das eleições. Eu vejo que eles irão aderir, sim, igual fizeram o WhatsApp, o Facebook e os outros mecanismos de rede social.

Quem defende a liberdade sem controle das redes sociais argumenta que cabe às pessoas filtrar o que é verdade e o que não é verdade, e que o controle por parte da Justiça seria censura. Como o senhor avalia esse argumento?

Eu não vejo como censura. Às vezes são pensamentos diferentes. Eu vejo que a própria Justiça Eleitoral responde com a urgência que lhe é cabível e, quando é provocada em razão dessas divulgações, cria mecanismos para as pessoas saberem diferir o que é *fake news* daquilo que é verdade. Às vezes, o governo fala alguma coisa que não seria o que a Justiça queria ouvir de um líder da República para conter essas divulgações em massa, mas eu vejo que isso é da democracia mesmo, são as liberdades de expressões, são pensamentos diferentes. Esses mecanismos de verificar se a matéria é verdade ou fake vêm sendo criados tanto pela Justiça Eleitoral como por organismos que tentam se aliar à Justiça Eleitoral para combater suas divulgações. Eu acho que isso é importante para o processo democrático, desde que não prejudique a democracia. Eu acho que pensar diferente, às vezes até pensando de uma forma errada ao meu ponto de vista e ao seu, não prejudica o processo democrático. Mas a partir do momento em que se coloca em xeque as urnas e o processo eleitoral, aí, sim, está prejudicando. Já tivemos até deputado federal cassado por divulgar matérias que não eram verdadeiras. A Justiça Eleitoral tem respondido à altura quando é provocada. Mas claro que, às vezes, o mecanismo de *fake* é mais rápido do que os legisladores e a Justiça Eleitoral, que vêm se aperfeiçoando. Teremos eleições mais aguça-

das em 2022, mas com mecanismos bem mais severos de punição e de extinção do que quer que seja do que aqueles das eleições de 2018. A Justiça e o Congresso vêm se aperfeiçoando quanto a isso. Tanto é que já houve até a redação de uma lei.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) convidou a União Europeia para enviar uma missão de observadores para as eleições de outubro deste ano. Esta é a primeira vez que o bloco é chamado a monitorar o pleito no país. Como o senhor vê a iniciativa?

Da União Europeia, sim, mas sempre houve observadores de outros países. Eu vejo como salutar e produtiva e mostra a preocupação da Justiça Eleitoral com o processo. Até ousar dizer que mais de 99% das fakes sobre a credibilidade da Justiça Eleitoral e das urnas são bem vazias. Se a pessoa tiver um pouquinho de cultura e um pouquinho de interesse de verificar como está sendo postada aquela notícia, vai ver que aquilo não procede e não é verdadeiro. A Justiça Eleitoral sempre abriu as portas, tanto para o lacre das urnas eletrônicas como para qualquer outro esclarecimento de dúvidas, portanto vejo como salutar e muito produtivo para o processo eleitoral no Brasil e para os regionais, que estarão bem atentos a essa divulgação, porque a competência originária das eleições gerais é dos regionais. É uma eleição que é bem focada nas capitais.

Isso pode ser considerado uma medida preventiva caso haja alguma reação por parte de quem perder a eleição? Vimos, recentemente, que o ex-ministro Nelson Jobim esteve com as Forças Armadas para saber se o eleito para presidente da República terá garantia para tomar posse.

Não vejo com esses olhos. Vejo como medida de transparência trazer observadores de respeito para que possam estar juntos nas eleições. Não tenho esse pensamento, não. De maneira nenhuma.

A Justiça Eleitoral tem canais para a população fazer denúncias de irregularidades, mas a adesão ainda é pequena. Como isso pode ser melhorado? Tem alguma novidade para esta eleição?

Eu vou discordar porque a adesão não é pouca. Temos



Fotos: Divulgação

“ Ou o Telegram vai aderir à legislação brasileira e tentar contribuir com o TSE para reprimir divulgações em massa ou vai ser excluído do Brasil, pelo menos no período das eleições. ”

vários mecanismos na Justiça Eleitoral. Quando eu era magistrado, havia um aplicativo chamado Pardal e, por ele, recebemos dezenas e dezenas de denúncias. Agora, migramos, além do Pardal, para os aplicativos. Às vezes, não temos muita adesão às denúncias porque aquelas pessoas que estão recebendo e querem propagar não têm interesse em denunciar; mas as pessoas mais esclarecidas, que se preocupam com a verdade da notícia, elas estão sempre aptas a estarem denunciando e verificando antes de propagar. Isso assistimos no dia a dia: várias mensagens em grupos até das famílias que não são verdade e, às vezes, alguém corrige e a pessoa que foi corrigida não quer acreditar; para ela, aquilo é verdadeiro. Temos visões diferentes, mas os aplicativos e os e-mails de denúncia da Ouvidoria e da Justiça Eleitoral são muito bem usados. Acho que as pessoas estão aprendendo a denunciar e a certificar que aquilo que está sendo propagado é errado.

A campanha eleitoral

fora das redes também será desafiadora? A que a Justiça eleitoral deve estar atenta?

Os desafios são vários. Há dois anos que saí da magistratura eleitoral, mas eu vislumbro que, para as eleições de 2022, o principal foco vão ser os embates digitais. Nos embates físicos, temos muita preocupação com as coisas que não são permitidas pela lei. A fiscalização da Justiça Eleitoral deve focar nas compras de votos, o uso da máquina, os derrames de santinhos nas vésperas das eleições, algo que até hoje, por incrível que pareça, acontece. A Justiça Eleitoral tem dado respostas e com multas bem elevadas, às vezes, até com o teto que a legislação permite, para que essas pessoas possam aprender, mas me parece que a reincidência é grande. Vejo mais como um problema cultural porque aqueles papéis que são jogados alguém vai ter que limpar, e isso gera custo para o poder público, mas as pessoas vêm como um benefício. Acho que esses três pontos são primordiais: o uso da máquina pública em benefício porque temos os candidatos à reeleição e esses candidatos não precisam se afastar do cargo. Muitas vezes, as gestões se confundem com a campanha. Até onde o candidato ao governo pode ir como governador e até onde pode ir como candidato à reeleição. Essa confusão que acontece durante a pré-campanha e durante a campanha pode gerar uma fiscalização maior do poder público eleitoral. Vejo que o Ministério Público está bem aparelhado e bem preparado para investigar e representar quando for o momento adequado.

Considerando o atual cenário político do país, estas podem ser as elei-

ções mais difíceis para a Justiça Eleitoral?

Ousar dizer que sim. Acho que vamos ter umas eleições bem judicializadas porque estamos vivendo entre extremos dentro do nosso país, onde a pessoa que pensa diferente não é só criticada, mas pode sofrer duras retaliações. Ousar, dizer entre aspas, que teremos as eleições dos tomates. Porque para todos vai haver vaia e tomates. A vinda do presidente da República a Rio Verde deixou claro como será o termômetro das eleições, pelo menos em Goiás. Acredito que seja esse o termômetro do Brasil todo. Não vamos ter tolerância a pensamentos diferentes, mas várias e duras críticas. Essa polarização de dois extremos, três extremos, gera uma dificuldade muito grande para a Justiça Eleitoral e até para o próprio político. Terão alguns caminhos que ele vai percorrer nos quais vai ter que conviver com vaia, com duras críticas e com gestos que não são permitidos dentro de uma campanha. Não são salutares, mas vão existir. Temos visto isso Brasil afora nas pré-campanhas. Imagine quando dispararmos as campanhas em meados de agosto para que os políticos possam ir às ruas. Acho que os políticos terão um sistema de segurança bem mais aguçado que nas eleições de 2018, infelizmente. Pensar diferente hoje pode gerar duras críticas e retaliações.

Essa eleição será o início ou o fim de uma era?

Toda crise gera os prós e os contra. Eu penso que vamos sair bem fortalecidos dessas eleições. Teremos tantos extremos que esses extremos tendem a evoluir porque não tem cabimento. Eu não vislumbro eleições democráticas com discussões de propostas em um cenário como o que nós estamos vivendo. Isso é muito triste. Hoje não se tem respeito mais a um ministro do Supremo, a um presidente da República, a um governador do estado. Aquela pessoa pode não ser reeleita, mas ela é a autoridade máxima do seu estado naquele momento. Tem várias formas de pensar diferente e pode-se pensar diferente de uma pessoa, respeitando-a. Hoje, nós temos tolerância quase zero, vivemos dentro de extremos e esses extremos não são salutares, principalmente para o processo democrático.

AGRONEGÓCIO

Mecaniza Campo garante a municípios auxílio aos produtores rurais

Fotos: Divulgação

741 Máquinas entregues desde 2019 pelo governo estadual contemplam 241 prefeituras. Investimentos são de R\$ 172 milhões para o setor, que deve alcançar produção estimada em R\$ 108 bilhões em 2022

Da Redação

Desde 2019, o Governo de Goiás destinou 741 máquinas e implementos aos municípios goianos por meio do programa Mecaniza Campo. Com a última entrega, realizada na segunda-feira, no valor de R\$ 19,4 milhões, o montante distribuído por essa iniciativa soma R\$ 172,8 milhões nos últimos três anos. Os itens — tratores, caminhões basculantes, caminhões pipa, pás-carregadeiras, retroescavadeiras, motoniveladoras e plainas — foram cedidos a 241 municípios goianos.

O maquinário, que beneficia diretamente os produtores rurais a fim de impulsionar o agronegócio, foi entregue pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), e adquirido com recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), órgão do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), indicados pela bancada federal goiana (legislaturas 2015-2018 e 2019-2022). O objetivo é melhorar a infraestrutura dos municípios, com a recuperação da malha viária, especialmente em estradas vicinais.

Na última entrega, foram 66 máquinas do programa Mecaniza Campo, com investimentos de R\$ 19,4 milhões. Foram entregues 56 retroescavadeiras e 10 motoniveladoras.



Tratores, caminhões basculantes, caminhões pipa, pás-carregadeiras, retroescavadeiras, motoniveladoras e plainas fazem parte do maquinário entregue

doras. A Seapa executa a compra dos equipamentos, que em seguida são repassados às prefeituras mediante a assinatura de termo de cessão de uso. Os equipamentos foram entregues para 60 municípios goianos.

AGRO EM NÚMEROS

No primeiro trimestre deste ano, o agronegócio goiano comercializou 3,7 milhões de toneladas de produtos com outros países e faturou US\$ 2,4 bilhões, em valor FOB — livre de custos de frete e seguro. No mês de março, foi exportado 1,9 milhão de toneladas de produtos e o faturamento chegou a US\$ 1,2 bilhão em valor FOB.

O setor concentra atividades produtivas que foram recordistas em exportações no último mês, com registro de 84,5% das vendas externas do Estado. Com indicativo de 3,7% de crescimento, a produção agropecuária goiana deve alcançar R\$ 108,8 bilhões em 2022.

O governo estadual auxilia os produtores rurais para manter o desenvolvimento do setor com interface em políticas agrícolas, tributação, suporte técnico, infraestrutura, entre outros. Entre as medidas de impacto na área estão as diretrizes para distribuição do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que passa contemplar



todas as regiões do Estado. Já estão aprovados R\$ 192,3 milhões para atender 15 empresários e 97 produtores rurais.

SEGURANÇA JURÍDICA

Durante reunião com representantes do agronegócio no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, o governador Ronaldo Caiado destacou ações de governo que

refletiram positivamente no setor, como a reestruturação de rodovias, que melhora o escoamento de produção; e o fortalecimento da segurança no campo, por meio da Patrulha Rural. “Hoje não se vê nenhuma fazenda invadida em Goiás. Você vê segurança jurídica estampada, um estado que não meteu a mão no bolso do produtor rural”, disse.

No evento, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira, ressaltou que, diferentemente de outros estados, Goiás não taxou o setor agropecuário. “Temos um governador comprometido com o setor produtivo”, disse, durante o encontro que reuniu presidentes de sindicatos rurais, associações e produtores rurais.

DÉJÀ VU

Emergentes querem se consolidar

Eleitos em 2018 pela primeira vez a um mandato buscam reeleição ou se aventuram a outro cargo

Thiago Queiroz

Predominou nas eleições de 2018 o discurso ideológico, que culminou no voto também ideológico. O cenário de polarização entre direita e esquerda beneficiou muitos candidatos que se posicionaram nos extremos de defesa das pautas de cada uma delas e conseguiram se eleger. Os que ainda não haviam sido experimentados em mandatos viram no horizonte paisagem perfeita para se apresentar como renovação e se vender com o rótulo de “nome novo” e distante da “velha política”.

A maioria dos eleitos se aproveitou da chamada onda, tanto da direita, liderada por Jair Bolsonaro (PL), quanto da esquerda, com Fernando Haddad representando o PT, as esquerdas e o ex-presidente Lula, figura mais popular e com histórico de dois mandatos bem apro-

vados como presidente da República.

Em Goiás, por exemplo, dos 17 deputados federais eleitos seis nunca haviam tido mandato. Dos 41 estaduais, seis deles subiram pela primeira vez na tribuna da Assembleia Legislativa. Sem contar os que passaram apenas por cargos locais, como câmaras municipais ou na vaga de vice-prefeito, e se alçaram no nível estadual.

Foram eleitos para um cargo eletivo pela primeira vez os deputados federais Adriano do Baldy (PP), Glaustin da Fokus (PSC), José Mário Schreiner (MDB), Professor Alcides (PL), Vitor Hugo (PL) e Zacharias Calil (UB). Na Assembleia, foram Coronel Adailton (PRTB), Delegado Humberto Teófilo (Patriota), Júlio Pina (PRTB), Rafael Gouveia (Republicanos), Rubens Marques (UB) e Wilde Cambão (PSD).

Agora, para as eleições nacionais de 2022, os que em 2018 eram “nome novo” e distantes da “velha política” — e alguns que pela primeira vez tiveram suas fotos estampando santinhos — não mais conseguirão conquistar votos com esses discursos ou com suas histórias de vida. Terão de atuar nas campanhas de modo semelhante aos que eles derrotaram na eleição



Vitor Hugo venceu disputa interna no PL por ser o nome de confiança de Bolsonaro para lhe garantir palanque no estado

em que saíram vitoriosos. Ou seja, agora são realmente políticos e têm tão somente as realizações dos mandatos para manter fiel

o eleitorado que os elegeu.

Dos 12 de Goiás, dez admitem disputar reeleição. As excessões são os deputados federais Zacharias Calil e

Vitor Hugo. Este já faz pré-campanha para o governo estadual, sob as bênçãos do presidente Jair Bolsonaro. O outro quer ser senador.

Dois vislumbram governo e Senado

O médico Zacharias Calil, desde o início do mandato, sempre afirmou que, por sua vontade, seria um único como deputado federal e que seu foco passou a ser o Senado. Ter sido o terceiro deputado mais votado nas eleições — conseguiu mais de 150 mil votos — acendeu seus ânimos, justamente por ser estreante na política e alcançar esse resultado. Embora não descarte a reeleição, ele é um dos pré-candidatos a senador do grupo do governador Ronaldo Caiado (UB).

Ao Tribuna do Planalto, Zacharias ressaltou que é favorável às candidaturas

isoladas ao Senado, mas, no caso de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) confirmar a permissão, aguardará ainda a decisão de Caiado. “Sou pré-candidato e me sinto honrado pelo meu nome aparecer bem nas pesquisas de intenção de voto, mesmo sem ter visitado uma única cidade ou ter participado de evento para divulgar minha pré-candidatura”, diz ele, que é médico cirurgião e continua exercendo a medicina, sua “real profissão”.

Vitor Hugo venceu disputa interna no PL, pela força que tem junto a Bolsonaro, e a direção estadual do partido — Flávio Canedo e a

deputada federal Magda Mofatto — teve de recuar e retirar apoio à pré-candidatura de Gustavo Mendanha (Patriota) ao governo, e lançar o nome de confiança do presidente para lhe garantir palanque no estado.

A pré-campanha de Vitor Hugo já tem até o nome ao Senado, o ex-senador Wilder Moraes, que também se filiou ao PL. Juntos, eles lideram a Frente Conservadora de Goiás. Em eventos em clima de pré-campanha, o governadoriável trouxe a Goiás o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio (Jataí), e o presidente Bolsonaro, para motociata em Rio Verde.



Zacharias Calil foi o terceiro deputado federal mais votado e ânimo se acendeu para buscar o Senado pela chapa de Ronaldo Caiado

Fotos: Divulgação

ELEIÇÕES 2022

TSE analisará candidatura isolada nas próximas semanas

Tribunal deverá confirmar parecer de sua assessoria técnica que admite possibilidade de candidatos solo, sem coligação com chapa de governador

Carla Borges

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisará nos próximos dias, em data a ser marcada, o parecer técnico de sua assessoria a consulta formulada pelo deputado federal Delegado Waldir (UB-GO) sobre a possibilidade de lançamento, pelos partidos, de candidaturas isoladas para o Senado Federal, independentemente das coligações partidárias feitas para a eleição de governador do Estado. A resposta do órgão foi de que é possível que os partidos, mesmo coligados com a candidatura de governador, lancem candidatos de forma isolada. As eleições de governador e senador são majoritárias, ou seja, são declarados vencedores os que conquistam a maioria dos votos válidos. Para elas, é permitida a coligação partidária, que está vedada para as eleições proporcionais (de deputados federais, estaduais e vereadores).

A possibilidade de candidaturas solo ao Senado é um elemento jurídico que teve efeitos profundos nas movimentações políticas. “Em regra, há essa possibilidade”, explica o advogado eleitoral Leon Safatle, vice-presidente da capital da Comissão de Direito Político e Eleitoral da OAB-GO. “A coligação partidária formada para a eleição de governador não vincula a eleição para o Senado”, justifica, acrescentando que nesse cenário há duas possibilidades: a chapa fazer uma coligação também para Senado, tendo em vista que a eleição para senador não é proporcional, mas majoritária; ou os partidos decidirem concorrer isoladamente para Senado lançando seus próprios candidatos.

Safatle esclarece que a legislação eleitoral é clara nesse sentido, independentemente da consulta ao TSE. “Essa consulta é de caráter facultativo e o deputado a fez em caráter formal para



Leon Safatle, advogado: A coligação partidária formada para a eleição de governador não vincula a eleição para o Senado

ter mais segurança jurídica, para que depois o TSE não viesse a impugnar uma eventual candidatura”, observa o advogado, acrescentando que o parecer não vincula nenhuma decisão de lançar candidato isolado ou não. “Até o momento, há um parecer técnico sobre isso, mas ele ainda não foi analisado pelo Plenário, o que deve ser feito nas próximas semanas”, adianta. A validação ou não da Justiça Eleitoral deve ser rápida até porque o assunto tem de ser debatido e decidido nas convenções partidárias para os partidos se alinharem. E o prazo para a realização delas é até o dia 31 de maio.

CANDIDATURAS AVULSAS

Leon Safatle afirma que prefere chamar a iniciativa de “candidatura isolada” para que não se confunda com outra iniciativa aventada, a de lançamento de “candidaturas avulsas”. “Alguns políticos — especialmente os outsiders — queriam abrir essa possibilidade, para se candidatarem sem partido, mas isso é impossível, não há como fazê-lo no atual sistema político-partidário, com a atual legislação, que prevê a necessidade de que o pretenso candidato esteja filiado a algum partido político”, afirma. A tese de candidaturas avulsas não vingou até o momento.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Revista baseada em “atitude suspeita” é ilegal

É ilegal a busca pessoal ou veicular, sem mandado judicial, motivada apenas pela impressão subjetiva da polícia ou atitude suspeita do indivíduo. Foi o que decidiu a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento em que concedeu *habeas corpus* para trancar ação penal contra um réu acusado de tráfico de drogas.

Encontro de drogas

Os policiais que abordaram o homem disseram ter encontrado drogas na revista pessoal, afirmaram que ele estava em “atitude suspeita”, mas não apresentaram nenhuma outra justificativa para o procedimento.

“Baculejo”

Por unanimidade, os ministros consideraram que, para a realização de busca pessoal — conhecida popularmente como “baculejo”, “enquadro” ou “geral” —, é necessário que a fundada suspeita a que se refere o artigo 244 do Código de Processo Penal seja descrita de modo objetivo e justificada por indícios de que o indivíduo esteja na posse de drogas, armas ou outros objetos ilícitos, evidenciando-se a urgência para a diligência.

Ingresso de negros na magistratura

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou na terça-feira, 19, nova diretriz com regras para as cotas para pessoas negras em concursos da magistratura. Pela nova regra, o candidato ou candidata cotista deve seguir para a próxima etapa do certame se alcançar a nota 6,0 na primeira fase. O normativo modifica resoluções do CNJ a respeito.

Cláusula de barreira

Com a decisão do CNJ, os tribunais brasileiros não poderão estabelecer nota de corte ou qualquer cláusula de barreira na prova objetiva para pessoas negras inscritas em concursos para ingresso na magistratura.

Sem vínculo de emprego

A Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás) não reconheceu vínculo empregatício entre a mulher de um pastor e a igreja da qual o casal era membro. A autora tentou na Justiça provar que trabalhava para a congregação religiosa de Caldas Novas e pretendia o reconhecimento dessa relação trabalhista. O juiz de primeiro grau entendeu, no entanto, que não havia subordinação jurídica para caracterizar a relação de emprego e negou os pedidos.

“Escrava”

A mulher recorreu, pedindo a inquirição de testemunhas e alegando que trabalhou sem remuneração por dez anos, o que configuraria situação análoga à escravidão. Para os magistrados, as alegações não foram comprovadas.

Pedro França/Agência Senado



Prazo recorde

Em discurso na solenidade de posse de 29 procuradores do Estado aprovados no concurso realizado pela PGE, a procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz Prudente (foto), agradeceu o reconhecimento do governador Ronaldo Caiado sobre as necessidades do órgão. Ela lembrou que um concurso como esse, com quatro fases, leva em média 15 meses, mas, entre a publicação do edital, em 12 de agosto de 2021, e a posse dos aprovados, no dia 19 de abril, transcorreram apenas oito meses. A PGE estava com déficit de quase 30% no quadro de procuradores.

“

Não podemos
naturalizar

a barbárie.

”

Luís Roberto Barroso, ministro do STF, ao votar no julgamento que condenou o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) a 8 anos e 9 meses de reclusão por crimes contra a democracia.



**Extensão do Parque
Altamiro de Moura
Pacheco, em Goiás**

ÁGUA

Prioridade é o abastecimento

Após grande polêmica sobre a liberação do reservatório da Barragem João Leite e do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco, governo de Goiás desiste de seguir com o projeto

Dhayane Marques

Nesta semana gerou muita polêmica um projeto do governo de Goiás que liberava o entorno do reservatório da Barragem João Leite e do Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco (PEAMP) para práticas de lazer, como pesca, canoagem e até churrasco. A proposta foi apresentada em audiência pública realizada na segunda-feira, 18, pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad). Ambientalistas que participaram da audiência reagiram contrários ao projeto apresentado pela pasta. Atualmente, o Sistema Mauro Borges/João Leite é responsável por dois terços da produção da água distribuída em Goiânia e na Região Metropolitana.

O diretor administrativo do Instituto Plantadores de

Água, Ernesto Augustus Renovato Araújo, esclarece que, apesar de o projeto apresentado pela Semad prever apenas a liberação de algumas áreas do lago que foi descrita no plano de uso público, “a preocupação maior não é o fato de liberar a área para recreação, porque se houvesse um controle, esse processo poderia ser visto com bons olhos, mas isso seria um reflexo de todo o trabalho de preservação já realizado. Mas como pensar em liberar se a prioridade é o abastecimento”, destaca o diretor.

Para Ernesto Augustus, muita coisa ainda tem de ser pensada, antes de se pensar numa liberação dos lagos. “No momento nós não devemos pensar em liberar o lago para uso recreativo, talvez mais na frente, após o cumprimento de todas essas exigências. O plano deve ser mais amplo e completo e não um ‘libera

SAIBA MAIS

João Leite e Altamiro de Moura Pacheco



A nascente do Ribeirão João Leite está na Serra do Sapato Arcado, localizada no município de Ouro Verde de Goiás. Após percorrer um trecho de 85 km, o Ribeirão João Leite deságua no Rio Meia Ponte, que, por sua vez, se estende por mais 415 km até chegar a sua foz no rio Paranaíba. A bacia do Ribeirão João Leite drena uma área estimada em 774 km², integrando parte dos municípios de Anápolis, Nerópolis, Goianápolis, Ouro Verde de Goiás e Goiânia, e a totalidade dos municípios de Terezópolis de Goiás e Campo Limpo de Goiás. O reservatório do João Leite tem capacidade para gerar água para mais de 3 milhões de pessoas. O Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco é uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral criada pela Lei Estadual nº 11.878 de 30 de dezembro de 1992. O nome do Parque é uma homenagem a Altamiro de Moura Pacheco, médico, farmacêutico, escritor, pecuarista e político goiano, antigo proprietário da área.

primeiro e depois a gente vê’. Se a gente não despertar essa preocupação com a qualidade dessa água do lago, nós teremos, sim, um problema sério de abastecimento em Goiânia”, explica.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA
O Conselho de Arquite-

tura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) repudiou a proposta do governo estadual de liberar o reservatório do ribeirão João Leite para atividades de lazer e turismo. Em nota, a entidade destacou que o “abastecimento de água potável, um dos maiores desafios da Região

Metropolitana de Goiânia, deve ser a prioridade da gestão pública. Portanto, todos os esforços devem ser destinados a garantir a segurança e a qualidade desse recurso. A liberação das atividades vai na contramão do interesse da sociedade e representa risco de contaminação da água dos goianienses.” Também repudiaram o projeto o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), a Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB-GO), além de entidades ligadas à preservação do meio ambiente. O MPGO informou que a legislação atual não permite o uso recreativo das áreas e que poderia ajuizar ação civil pública contra o projeto da Semad.

Durante o pequeno expediente da sessão ordinária híbrida de terça-feira, 19, da Assembleia Legislativa de Goiás, o deputado Helio de Sousa (PSDB) usou a tribuna para comentar a possível liberação. Para o parlamentar, há uma preocupação com relação à proteção do meio ambiente, que pode sofrer com prejuízos decorrentes de poluição. “Em 2000, através da Lei nº 9.985, foi criado o sistema nacional das unidades de conservação ambiental e através delas viemos a ter as leis estaduais de conservação”, enfatizou.

“Nossas bacias precisam de mais proteção e não de exploração”

Após a audiência pública realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o projeto ficou disponível para a consulta e contou com ampla participação popular sobre os planos de manejo, uso público e da zona de amortecimento dos parques. A pasta anunciou nesta sexta-feira, 22, a desistência da liberação dos lagos do João Leite e Altamiro de Moura Pacheco para atividades de lazer.

O presidente da Associação para Recuperação e Conservação do Ambiente (Arca), Gerson Neto, destaca que todos os anos Goiânia fica próximo de uma necessidade de racionamento. “As nossas bacias de captação no Meia Ponte e no João Leite precisam ter mais proteção e não exploração, com outros usos que não seja como o de reservatório de água para a cidade mesmo”.



Arquivo Pessoal

Ernesto Augustus: “O plano deve ser mais amplo e não um ‘libera primeiro e depois a gente vê’”

Apesar da situação hídrica do João Leite ser melhor do que o Meia Ponte, o diretor da Arca disse que é necessário buscar uma maior proteção da bacia como um todo, mesmo a área que fica acima do

reservatório. Segundo ele, já existe uma área de delimitação ambiental na região, porém, as políticas de controle dessa área de proteção são “frouxas”.

“O uso da água do reservatório para fins recreati-



Dhayane Marques/Tribuna do Planalto

Gerson Neto: “A quantidade de água está insuficiente no período de seca”

vos ameaçaria mais ainda uma situação que nós já temos, que é de vulnerabilidade. A quantidade de água está insuficiente no período de seca, no ano passado [2021] porque o governador [Ronaldo Caiado] pediu

para os amigos que têm fazenda abrirem as comportas de reservatórios particulares, se não fosse isso, nós teríamos tido o racionamento em Goiânia”, contou Gerson Neto.

Em nota, a Semad informou que o “uso hídrico do Reservatório do João Leite será exclusivamente para abastecimento da região metropolitana da capital”. No documento do plano de manejo, estava previsto no local uma zona de infraestrutura com área equivalente a 65 campos de futebol, onde poderiam ser instaladas estruturas e equipamentos para a visitação e uso coletivo.

“Ali não é um lago, ali é um reservatório, é como se fosse uma caixa d’água. Você não usa sua caixa d’água da sua casa para brincar de barquinho nela. É importante que o governo tenha abandonado essa ideia, agora nesse momento”, enfatiza o presidente do Arca.



Na Câmara Municipal, a sua voz tem vez e é representada em nossas conquistas. Trabalhamos todos os dias para melhorar a vida de cada goianiense, lutando pelos seus direitos e ampliando o que você tem para dizer de um jeito que todo mundo vai ouvir.

Leia o QR Code e acesse o Canal da Cidadania



A voz que vem do cidadão

ESCOLA

EDUCAÇÃO

Governo de Goiás entrega material do AlfaMais para secretários municipais de Educação

Divulgação/ Seduc

Programa foi criado em 2021, com a sanção da Lei nº 21.071 e começou a funcionar neste ano nas escolas

Da redação

O governo de Goiás entregou aos secretários municipais de Educação de 245 cidades, materiais de apoio à Alfabetização para professores das redes públicas de ensino, na terça-feira, 19. Os materiais foram produzidos pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), dentro do Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada (AlfaMais Goiás), e vão chegar às mãos de 28 mil professores.

Os docentes são lotados nas redes municipais e estadual de ensino, à frente de turmas de Educação Infantil, e de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Os livros do AlfaMais para professores têm o objetivo de apoiar pedagogicamente o processo de alfabetização das crianças, para assegurar que esta seja concluída na idade certa, até o 2º ano do Ensino



Os livros entregues têm o objetivo de apoiar pedagogicamente o processo de alfabetização das crianças

Fundamental. A entrega dos materiais foi realizada no final do segundo Encontro Presencial de Articuladores do Programa AlfaMais Goiás na sede da Seduc, em Goiânia.

Além dos secretários municipais de Educação, participaram do evento

todos os coordenadores regionais de Educação da rede estadual e os articuladores do programa.

Durante a manhã do dia 19, os coordenadores regionais de Educação e os articuladores participaram de uma oficina com o consultor educacional Raí Mota

sobre gestão estratégica do AlfaMais em colaboração com os municípios. À tarde, Raí Mota conduziu uma palestra sobre gestão escolar com foco na Alfabetização, direcionada aos coordenadores, articuladores e secretários municipais.

As reuniões presenciais

com os articuladores do AlfaMais ocorrem mensalmente para alinhar todas as ações do programa no Estado e garantir sua efetividade. O AlfaMais foi criado em 2021, com a sanção da Lei nº 21.071, e começou a ser aplicado nas escolas no ano letivo de 2022.

Alunos da rede municipal assistem filme sobre o centenário de Aparecida

Da redação

Com objetivo de inserir os alunos no universo do cinema e, ao mesmo tempo, colocá-los em contato com conteúdo audiovisual que ilustre conceitos ministrados em sala de aula sobre o centenário de Aparecida de Goiânia, os estudantes da rede pública do município, começaram a assistir o Curta-metragem 'Aparecida 100 anos: Uma história de Fé e Progresso'. Os alunos do 5º

ano da Escola Municipal Maria Gomes da Silva participaram da sessão na tarde desta terça-feira, 19, no cinema do Buriti Shopping.

Gabriel Coelho de Almeida, 10 anos, foi uma das 40 crianças que assistiram o filme. Para ele, o curta, que tem 11 minutos de duração, conseguiu contar de forma divertida a fundação e o progresso de Aparecida. "Aprendi muitas coisas sobre a história da cidade. Do início de tudo que não tinha nada e o

tanto que evoluiu. Agora nossa cidade completa 100 anos. Em nome de todos os meus colegas que gostaram do filme, posso dizer que aprendemos um pouco mais sobre Aparecida", contou o estudante.

O curta também ficará em cartaz até 11 de maio, com uma sessão diária de segunda a sexta, às 14h, aos sábados e domingos, às 13h30, com entrada gratuita para todo o público. A sala onde será exibido o filme comporta até 80 espectadores.

PIONEIROS

A curta conta a história do surgimento da cidade a partir da visão dos pioneiros e de relatos de seus familiares. A produção audiovisual aborda também com vídeos, fotos e desenhos a construção da capelinha na Praça Central (hoje Santuário Nossa Senhora Aparecida), passando pelo progresso e transformações da cidade, que ganhou centenas de indústrias e acolheu seus novos habitantes.

No filme são narradas ainda conquistas dos dias atuais, como o Hospital Municipal (Hmap), e escolas e faculdades para formação acadêmica dos aparecideneses. São inovações que os primeiros habitantes de Aparecida, na década de 1920, possivelmente não imaginavam que levaria a cidade a crescer tanto, chegando em 2022 como um grande e importante município, com conexões econômicas e logísticas em todo o país e no exterior.



Dhayane Marques dhayanemarquess@hotmail.com

Projeções e Sucesso 2022

A gerente de marketing Lorena Dornela e o gerente comercial Paulo Dini conduziram a primeira edição do evento "Projeções e Sucesso 2022", com a participação especial de Ciro Bottini, que conduziu uma tarde muito agradável no Castro's Park Hotel, na presença de 240 pessoas. Na ocasião foi apresentado o cenário atual da rede Super Barão, mostrando os grandes investimentos realizados nos últimos meses, os projetos de modernização de lojas, desenvolvimento de processos e pessoas, reforçando um espaço extremamente positivo para os próximos passos, no qual o objetivo é caminhar lado a lado com os parceiros e fornecedores para o sucesso das marcas e satisfação dos clientes.

Fotos: Divulgação



Feira internacional

A goiana GSA Alimentos está presente na AnufoodBrazil, feira dedicada ao setor de alimentos e bebidas, que acontece entre os dias 12 e 14 de abril, em São Paulo (SP). Depois de um período sem participar de eventos e feiras devido à pandemia, a indústria goiana vai apresentar ao público presente, formado por mais de 900 marcas expositoras de diversos países, o seu portfólio, em especial o que exporta. A GSA Alimentos estará no estande da Agro-BR CNA, onde será possível degustar os produtos da indústria com preparos diferenciados por uma chef de cozinha. Segundo o gerente de trade e marketing da GSA, Bruno Costa Zenha, o objetivo é fazer networking e mostrar para o setor a gama de produtos da indústria goiana. "Queremos nos aproximar de compradores e dos tomadores de decisão", explica.

Cooperativismo e meio ambient

O Sistema OCB/GO lança na próxima terça-feira (26) a campanha Dia de Cooperar 2022 (Dia C Goiás), que terá o meio ambiente como tema. O objetivo é envolver as cooperativas em ações de recuperação de nascentes, recolhimento e destinação adequada de embalagens de agrotóxicos e plantio de mudas em parques municipais e margens de rios e córregos, para a restauração de matas ciliares. O evento contará com a palestra online "O DIA C e os ODS", que será proferida por Zeca Simões, mestre em Governança e Sustentabilidade.

Programa Pro Skills

A TDS Company, empresa com foco em alavancar instituições públicas e privadas através da inovação, abriu vagas para o Pro Skills. O profissional inscrito no programa vai desenvolver a habilidade de ampliar a capacidade das organizações atuarem em rede para desenvolver projetos e assumir o protagonismo digital em seus setores de atuação.

Formação

Ao final, os selecionados receberão um certificado e estarão aptos para atuar em projetos de transformação digital, podendo ser convidados para o time de habilitadores da TDS e participar das jornadas de transformação digital de grandes empresas.

Mais da metade dos consumidores está endividada



Dada a importância das consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias é crucial acompanhar a tendência do endividamento e proceder a um estudo sistemático da natureza e dimensão do mesmo. O relatório da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), das famílias com dívidas, em atraso ou não, revelou que o país atingiu 77,5% em março deste ano. Em Goiás, a parcela de endividamento e inadimplência, apontou 54,8% e desse total 5,0% não tem condições de pagar dívidas ou contas em atraso, como: cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros. Em fevereiro deste ano, esse nível era de 54,3%. Com efeito, o endividamento põe em questão o equilíbrio orçamental do indivíduo ou dos seus agregados familiares, com importantes implicações sociais e psicológicas, como a marginalização e a exclusão, problemas psíquicos, alcoolismo, dissolução das famílias, perturbações da saúde física e mental dos filhos das famílias endividadas etc.

Aspectos metodológicos

As dificuldades em obter dados estatísticos que permitam avaliar a natureza e a real dimensão do endividamento das famílias são acompanhadas pela multiplicidade de indicadores, de conceitos e de metodologias indevidamente utilizados na abordagem desta questão, não garantindo o rigor científico e a confiabilidade dos estudos realizados. Os dados do estudo de março/2022 foram coletados nos últimos dez dias do mês de fevereiro/2022.

Negócios na Flórida

A presidente do Grupo Trevo, Janine Arruda, embarcou na sexta-feira, 08, acompanhada do marido, Mário Arruda, para o Estado da Flórida, nos Estados Unidos, em busca de novos clientes para o segmento de câmbio comercial e remessas da empresa. O roteiro de negócios do casal inclui as cidades de Miami, Boca Raton, Orlando e Tampa. Desde 2013 no mercado, o Grupo Trevo vem se especializando a cada ano para tornar a negociação cambial cada vez mais ágil, prática, rápida e segura. Oferece amplo portfólio de serviços relacionados a câmbio-financeiras e logística expressa do Centro-Oeste.

Feriado de Tiradentes

O Grupo Mega Moda, composto pelos shoppings atacadistas Mega Moda Shopping, Mega Moda Park e Mini Moda, funcionou normalmente neste feriado de Tiradentes, das 8h às 18h. O Mega Moda está localizado na região da 44, em Goiânia, polo de moda que mais cresce no país. Os produtos também podem ser comprados pelo site do Mega Moda.



Ocupação Arte Plena

Foi lançado nesta semana mais um projeto que faz parte da 4ª edição da Feira de Artes Goiás (FARGO). Desta vez serão divulgados durante os próximos dias, cinco artistas apresentando ateliês e obras produzidas recentemente e será compartilhada a trajetória de cada artista e suas perspectivas no campo das artes.

Os artistas convidados a participar do projeto são Nancy de Melo, Rodrigo Flávio, Sandro Tôrres, José César e Jotape. A escolha de cada participante foi motivada pelo fato que todos são atuantes em Goiás, com ateliês montados, carreiras estabelecidas e linguagens pessoais que dialogam e pensam na arte poética.

Sobre a FARGO

Considerada a maior feira de negócios em arte do Centro-Oeste, a FARGO terá a sua quarta edição do evento realizada ainda neste semestre. Este ano, a novidade é o Prêmio Estímulo FARGO com 20 premiações no valor de R\$ 1 mil cada, a título de colaboração com a produção do trabalho ou conjunto de trabalhos a serem expostos na feira. Já estão inscritos para o prêmio 146 artistas.

Fim da espera

Começou nesta quarta-feira, 20 de abril, a venda de ingressos para o público geral do show da banda Guns N' Roses em Goiânia. As vendas têm início a partir das 12 horas no site Eventim (www.eventim.com.br), e a partir das 14 horas na bilheteria do estádio. A apresentação está confirmada para o dia 11 de setembro, a partir das 16h, no Estádio do Serra Dourada, em Goiânia. Os valores de cada setor podem ser conferidos no site da Eventim. Pela internet, os bilhetes podem ser parcelados em até 10 vezes no cartão de crédito, enquanto que na compra presencial o parcelamento pode ser feito em até três vezes. Taxa de conveniência apenas na venda no site.